

Política



PREFEITURA DE RECIFE
Eleição leva a novo racha na Rede
Sem aval de Heloisa Helena, Marina vai lançar nome de Túlio Gadelha



BÊNÇÃO DO PLANALTO

Para agradar evangélicos, governo dá aval e Câmara avança em isenção de impostos a igrejas

GABRIEL SABÓIA
gabriel.saboya@globo.com
BRASIL

Em mais uma tentativa de amenizar o desgaste com evangélicos, o governo cruzou os braços ontem e viu avançar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária para igrejas. O texto foi aprovado de forma simbólica em Comissão Especial da Câmara, sem a oposição do Palácio do Planalto e com a presença de apenas um deputado governista. O texto agora segue para o plenário, com tendência de aprovação e com a técnica vai permanecer a mesma: o Executivo não deverá se posicionar contra, ainda que o projeto possa representar uma perda de arrecadação de R\$ 1 bilhão, nas contas do relator da matéria.

No plenário, são necessários ao menos 308 votos, em dois turnos, cálculo que os apoiadores imaginam alcançar com folga, já que a iniciativa tem amplo apoio na Casa. Na etapa anterior, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Planalto também não havia apresentado objeções.

Ainda que represente menos dinheiro no cofre em um contexto em que os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) buscam espaço no Orçamento para manter investimentos e cumprir a meta de déficit zero, o governo calcula que uma manobra que contrarie a bancada evangélica tem um custo político elevado.

NOVO FOCO DE ATRITO

A relação de Lula com o segmento já é marcada por distanciamento e, na semana passada, surgiu um novo foco de atrito. O presidente comparou a ofensiva militar de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto, o que gerou críticas de evangélicos. No domingo, o ex-presidente Jair Bolsonaro reuniu milhares de apoiadores em São Paulo em manifestação que teve forte caráter religioso, evidenciando no discurso da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e na presença do pastor Silas Malafaia como principal condutor do ato.

Nun panorama mais amplo, o Planalto vem tentando reduzir arestas com o Congresso em geral, depois de atritos provocados pelo veto de Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

De acordo com o deputado Marcelo Crivella (República-RR), autor da PEC, reuniões com a Casa Civil, Fazenda e Planejamento já foram realizadas e há um compromisso estabelecido com o governo para deixarem o caminho livre.

Lider do governo na Câmara, o deputado



Aceno. O governo cruzou os braços e viu comissão da Câmara aprovar PEC que amplia a imunidade tributária para igrejas; o texto segue agora para o plenário

tado Odair Cunha (MG) admite que há uma "tendência" de aprovação da bancada.

— Ainda vamos analisar o texto final e deliberar, mas a tendência é não apresentarmos resistência.

Já o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), diz que há chance até de votos favoráveis, já que o impacto orçamentário não é considerado alto.

— Tenho a disposição para discutir, é um reclame de uma bancada representativa no Congresso que tem interface e diálogo com o governo. Vamos ver o encaminhamento na Câmara. Pelas informações da Fazenda, não é uma proposta que traz grande impacto fiscal. Temos que debater o mérito apenas.

Procurada, a Fazenda disse que não comenta projetos em andamento. Agora, a bancada evangélica pressiona o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que a PEC seja levada a plenário até a primeira semana de março. A ideia do grupo é que a promulgação ocorra às vésperas da Semana Santa, depois de ser votada pelo Senado.

Hoje, templos de qual-



Autor. A proposta foi apresentada por Crivella

ENTENDA A PROPOSTA

Como é a regra atual
Templos de que se religião são isentos de impostos sobre patrimônio, renda e serviços considerados essenciais para o exercício de suas atividades, de acordo com a Constituição. Assim, as igrejas são isentas, por exemplo, de IPTU e de imposto de renda (IR).

Como fica, se a PEC avançar
Também ficam isentos de impostos sobre a aquisição de bens e serviços "necessários" para construir e manter o patrimônio e para a prestação de serviços das entidades religiosas, como reformas de igrejas. Há previsão de o benefício abarcar tributos indiretos, como os que incidem sobre a conta de luz.

A medida vale ainda para a manutenção de entidades religiosas e suas comunidades terapêuticas, creches, escolas e outras instituições.
A isenção dos templos funcionará por meio da devolução de créditos em conta corrente das entidades que tiverem feito os pagamentos.



OUTROS ACENOS DO GOVERNO

Vaga no TCU
O PT, partido de Lula, endossou a indicação, pela Câmara, do deputado evangélico Jhonatan de Jesus (República-RR) para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), em fevereiro do ano passado.

Cargo na Câmara
A base do governo também chancelou um apoio cotado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que levou o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), a vice-presidência da Casa. Ele é bispo licenciado da Universal.

Reforma tributária
O texto aprovado pelo Congresso já previa a expansão da isenção de pagamento de impostos das igrejas para as suas associações e entidades filantrópicas.

Declaração de Lula
A comparação feita por Lula entre a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza e o Holocausto repercutiu mal na mídia evangélica.

Recuo em relação a secretaria
No início da gestão, o governo chegou a avaliar a criação de uma Secretaria de Assuntos Religiosos, para estreitar laços com os evangélicos, mas a ideia não saiu do papel.

Sem contemporização
Logo após a eleição, o presidente do PT, Ciro Gomes, disse que o partido dispensava acenos feitos pelo bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal.

quer religião são isentos de impostos sobre patrimônio, renda e serviços considerados essenciais para o exercício de suas atividades, de acordo com a Constituição. Assim, as igrejas não pagam, por exemplo, IPTU e de imposto de renda.

Pela proposta que avançou ontem, os templos também ficam isentos de impostos sobre a aquisição de bens e serviços "necessários" para construir e manter o patrimônio e para a prestação de serviços das entidades religiosas, como

reformas de igrejas. Há previsão de o benefício abarcar tributos indiretos, como os que incidem sobre a conta de luz. Entidades ligadas a igrejas, como comunidades terapêuticas, creches, escolas, por exemplo, tam-

bém serão contempladas, segundo a PEC. O texto original apresentado por Crivella previa que a isenção também alcançasse partidos políticos e instituições sem fins lucrativos, mas isto não foi à frente.

— Atualmente, o dizimo é taxado duas vezes: a primeira, quando o trabalhador recebe o seu salário e é descontado. Depois, quando a igreja vai empregar esses valores novamente e volta a ser descontada. Isso vai acabar, já que a isenção abrange reformas e serviços sociais — disse Crivella.

A isenção dos templos funcionará por meio da devolução de créditos em conta corrente das entidades que tiverem feito os pagamentos.

"BOOM" DE CNPJ

De acordo com o relator da PEC, o deputado Fernando Máximo (União-RO), o governo federal deixará de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão em impostos anuais.

— O impacto tributário gira em torno de R\$ 1 bilhão, mas há um retorno direto, a partir dos benefícios que essas instituições trazem para a sociedade. A igreja vai poder se valer deste benefício caso prove que o dinheiro usado vem de recursos próprios ou do dízimo e que os valores foram empregados nessas atividades e obras específicas.

Como apenas igrejas com CNPJ serão contempladas com as isenções, Crivella prevê que a medida pode provocar uma espécie de "boom" no número de instituições religiosas registradas.

— Hoje, temos algo em torno de 175 mil templos religiosos com CNPJ, entre as mais diversas religiões. Sem CNPJ, estima-se que o número chegue a 500 mil. Acho que, em busca deste benefício, o número de templos registrados pode subir — afirmou.

Em outras tentativas de aplicar resistências, Lula fez outros acenos a evangélicos desde o início do mandato. A Reforma Tributária aprovada no ano passado já havia concedido benefícios. Em fevereiro do ano passado, o PT endossou a indicação, pela Câmara, do deputado Jhonatan de Jesus (República-RR) para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) — o Republicanos é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Abaixo do governo também chancelou um acordo cotado por Lira que levou o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), a vice-presidência da Casa. Ele é bispo licenciado da Universal.